

A diacronia das línguas como contextualização da origem do português: a busca ancestral da língua mãe, com ênfase no tronco neolatino até o português brasileiro

Adriano Menino de Macêdo Júnior¹

Letícia Vidal Fernandes²

Matheus Henrique Soares de Lima³

Leandro José da Cruz⁴

Giselle Carmo Maia⁵

Fabiano Rodrigues Marques⁶

Maria das Dores Andrade de Barros⁷

Sílvia Diener Cavalcanti⁸

Pedro Arturo Rojas Arenas⁹

Resumo

A presente pesquisa busca investigar a origem e evolução da língua portuguesa, dentro de uma abordagem metodológica diacrônica, problematizando a sua relação com a gênese das línguas ancestrais, primeiramente, pela narrativa mítica da torre de Babel. Considerando o percurso científico, partiremos de uma abordagem do tronco-Indoeuropeu (protótipo de língua ancestral aceita na atualidade), passando pela História do Império Romano, que impõe a língua Latina em cada território conquistado, até o surgimento e organização das línguas neolatinas, ao conjunto das quais pertence a língua portuguesa. Para o desenvolvimento da pesquisa, valer-nos-emos dos pressupostos da linguística histórico comparativa, visando estabelecer um estudo comparativo entre a língua portuguesa, utilizada em Portugal, e a língua portuguesa falada no Brasil a qual, conforme postula Bagno (1999, 2001) e Castilho (2008; 2014; 2017; 2017b), tem suas características próprias, vinculadas à pragmática, à morfologia e à sintaxe, por exemplo. Os métodos utilizados para realizar o presente estudo foram o descritivo,

¹ Estudante do curso de Letras Língua Portuguesa da UERN – Universidade do estado do Rio Grande do Norte, DLV – Departamento de Letras Vernáculas, FALA – Faculdade da Fala; Bolsista PIBIC/UERN; Pesquisador no Grupo de Pesquisa em Linguística e Literatura – GPELL;

² Estudante do curso de Letras Língua Portuguesa da UERN – Universidade do estado do Rio Grande do Norte, DLV – Departamento de Letras Vernáculas, FALA – Faculdade da Fala;

³ Estudante do curso de Letras Língua Portuguesa da UERN – Universidade do estado do Rio Grande do Norte, DLV – Departamento de Letras Vernáculas, FALA – Faculdade da Fala;

⁴ Especialista em Linguagens, Suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho pela UFPI – Universidade Federal do Piauí; Especialista em Ensino de Língua Portuguesa, Literatura e Artes pela FAVENI – Faculdade de Venda Nova do Imigrante;

⁵ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na UFT – Universidade da Maturidade; Especialista em planejamento em projetos sociais pela UNITINS – Universidade do Tocantins; Especialista em formação em educação a distância pela UNIP – Universidade Paulista;

⁶ Professor de educação física pela UNIRG – Universidade de Gurupi/TO; Especialista em Fisiologia do exercício pela UVA – Universidade Veigas de Almeida/RJ;

⁷ Graduada em Letras Língua Portuguesa e Inglesa pela UPE – Universidade de Pernambuco e em Filosofia pela UFPE – Universidade Federal de Pernambuco; Especialista em Ensino de Língua e Literatura Portuguesa pela FAVENI – Faculdade de Venda Nova do Imigrante;

⁸ Mestranda pelo PROFEI – Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva; Especialista em educação com ênfase no ensino médio pela UNB – Universidade de Brasília;

⁹ Professor Adjunto IV do DCSP – Departamento de Ciências Sociais e Política na UERN – Universidade do estado do Rio Grande do Norte.

bibliográfico e comparativo sob à luz de Gil (2002) e Marconi e Lakatos (2003). Os resultados apresentados durante o texto, mapeando todo o percurso histórico do protótipo de língua mãe, ou seja, a língua proto Indo-europeia, até a origem das línguas neolatinas, inicia-se, assim, a partir do tronco indo-europeu (raiz), caminhando pelas línguas filhas (os galhos neolatinos das ramificações da árvore genealógica das línguas) que se originaram a partir do que seria uma espécie de língua mãe. A tese defendida no artigo é a de que a língua portuguesa falada no Brasil evoluiu a partir da contribuição de muitos povos, oriundos de diversos países, e que compõem a comunidade brasileira a partir de variados processos de migrações. Essa língua é diferente da falada em Portugal e, portanto, é uma nova língua. Diante disso, consideramos que o país deve fomentar políticas linguísticas que visem valorizar a língua brasileira, ou português brasileiro, com suas diferenças, tornando-a um elemento fundamental da identidade nacional.

Palavras-chaves: Diacronia; Línguas; Origem; Português; Brasileiro.

Date of Submission: 07-12-2022

Date of Acceptance: 21-12-2022

I. Considerações iniciais

A presente pesquisa busca investigar a origem e evolução da língua portuguesa, dentro de uma abordagem metodológica diacrônica, problematizando a sua relação com a gênese das línguas ancestrais a partir do tronco-Indoeuropeu. Para tanto, partiremos da História do Império Romano, aludindo à sua forma de conquistar outros territórios e impor a língua Latina como parte de um processo de colonização, do qual se originam as línguas neolatinas, entre as quais figura a língua portuguesa. No desenvolvimento de nossas reflexões, estabeleceremos um estudo comparativo entre a língua portuguesa utilizada em Portugal (doravante PE), e a língua portuguesa falada no Brasil (de agora em diante PB), a qual, conforme postula Bagno (1999, 2001) e Castilho (2008; 2014; 2017; 2017b), tem suas características próprias, vinculadas à pragmática, à morfologia e à sintaxe, por exemplo.

A ideia deste trabalho nasceu durante as discussões em sala de aula, na disciplina de Língua Latina, ministrada pelo professor Dr. Gilson Chicon Alves, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, quando levantamos as seguintes perguntas: qual a origem das línguas? De qual língua provém o Latim? Qual a gênese da Língua Portuguesa? Seria possível falarmos num desdobramento da Língua Portuguesa num idioma brasileiro, que levaria em consideração as transformações pelas quais ela passa no contexto de seu uso em nosso país? Tais questionamentos foram discutidos no decorrer da disciplina e consolidados, no desenvolvimento do tempo, na disciplina de Diacronia, ministrada pela professora Dra. Josefa Francisca Henrique Jesus. Esse trabalho construído numa perspectiva diacrônica foi, então, resultado desses dois cursos e escrito no período de junho de 2021 até setembro de 2022.

Considerando as indagações supracitadas, partiremos de uma discussão a respeito do mito bíblico, a Torre de Babel, para problematizar a gênese das línguas. Na sequência, buscaremos, por meio dos fatos, uma explicação científica sobre a ancestralidade das línguas, desenvolvendo um levantamento histórico, diacrônico, a respeito da origem de uma língua-mãe, bem como o surgimento das línguas neolatinas. Por fim, debateremos um possível desdobramento emancipatório da língua brasileira usada no Brasil, e que é calcada na Língua Portuguesa utilizada em Portugal.

II. Metodologia

Para desenvolvermos os objetivos propostos na presente pesquisa, utilizamos, inicialmente, o método de investigação diacrônico proposto por Ferdinand Saussure¹⁰, que consiste, por meio do tempo, estabelecer a evolução histórica de um determinado objeto. No caso do presente artigo, a língua é o objeto da diacronia (MARTELOTA, 2008, p. 117). Ou seja, será por meio da perspectiva diacrônica¹¹ que trazemos as teorias da origem das línguas, as ramificações do tronco-Indoeuropeu que deram origem às muitas outras línguas. Nesse sentido, fizemos uso de uma metodologia histórico-comparativa, como postula Ilari (1999), analisando em

¹⁰ “Diferentemente dos estudos linguísticos hegemônicos nos séculos XVII e XVIII, que abordavam a língua como uma realidade estável, atemporal e organizada segundo princípios da lógica (assumidos necessariamente universais e não históricos); e deferentemente do pensamento linguístico predominante no século XIX, que enfocava a língua como uma realidade em transformação, entendendo a ciência da linguagem como apenas e necessariamente histórica, Saussure estabeleceu que o estudo linguístico comportava, na verdade, duas dimensões: uma histórica (chamada diacrônica) e outra estática (chamada sincrônica). Na primeira, o centro das atenções são as mudanças por que passa uma língua no tempo; na segunda, são as características da língua vista como um sistema estável num espaço de tempo aparentemente fixo” (Faraco, 2006, p. 95).

¹¹ [...] “O pressuposto da análise diacrônica é a mutabilidade das línguas no tempo” (Faraco, 2006, p. 95).

especial o idioma português que derivada do tronco neolatino. Por conseguinte, demos ênfase à língua portuguesa e a distinção dela com a língua falada no Brasil, o que consideramos um idioma brasileiro com suas idiossincrasias, visando responder a seguinte pergunta: a língua falada no Brasil é o português de Portugal ou um idioma propriamente brasileiro?

Unida a diacronia Saussuriana, utilizamos também o método descritivo¹² postulado por Gil (2002), a partir do qual buscamos descrever as características morfológicas de cada língua filha e a qual família linguística são pertencentes, delimitando-se aos troncos neolatinos, até chegar ao PB. Não obstante, a pesquisa descritiva não complementa toda a amplitude da nossa metodologia, e para executarmos o presente trabalho, que mapeia o movimento histórico, evolutivo e diacrônico das línguas, fez-se necessário, também, trazer a pesquisa bibliográfica em concomitância com a dicotomia Saussuriana abordada anteriormente. Sendo assim, embasamos, ainda, nas concepções metodológicas das pesquisas bibliográficas conceituadas, respectivamente, pelos teóricos Gil (2002, p. 44) e Marconi e Lakatos (2003, p. 183), conforme postulam:

[...] A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. (GIL, 2002: 44).

[...] A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. (MARCONI; LAKATOS, 2003: 183).

Diante disso, dadas as metodologias envolvidas no arcabouço do trabalho que se sucede, fizemos, considerando o processo de historicidade das línguas, um levantamento bibliográfico, com autores que dialogam com o objetivo deste trabalho. É nesse sentido que se suscita, para compor nosso estado da arte, os seguintes autores abaixo, que corroboraram com o pensamento deste artigo:

Quadro 1. Teóricos que compõem a metodologia bibliográfica		
Autor	Obra	Ano
Bagno	<i>Preconceito lingüístico: o que é, como se faz</i>	1999
Bagno	<i>Nada na Língua é por acaso</i>	2007
Bagno	<i>Português ou Brasileiro: um convite a pesquisa</i>	2001
Castilho	<i>Como, onde e quando nasceu a língua portuguesa?</i>	2017a
Castilho	<i>Como nascem e morrem as línguas? O que são famílias lingüísticas?</i>	2017b
Castilho	<i>A hora e a vez do português brasileiro</i>	2008
Castilho	<i>Nova gramática do português brasileiro</i>	2014
Orlandi	<i>A língua brasileira</i>	2005
Ilari	<i>Lingüística Românica: com um ensaio de Ataliba T. de Castilho sobre "O Português do Brasil"</i>	1999
Ortiz	<i>Mundialização e Cultura, capítulo III: Cultura e Modernidade-mundo</i>	2007

Além das metodologias diacrônica, descritiva e bibliográfica, que foram aplicadas no decorrer da pesquisa, trabalhamos também na perspectiva da metodologia comparativa, fazendo um comparativo das distinções das línguas filhas e suas respectivas famílias linguísticas, dentro das subseções 3.2 e 5, bem como demos ênfase nas diferenças do PB e PE. Sendo assim, conceituamos o método comparativo consoante os postulados de Marconi e Lakatos (2003, p. 107), que diz o seguinte:

¹² As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (Gil, 2002, p. 42).

[...] Empregado por Tylor. Considerando que o estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades ou povos contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano, este método realiza comparações, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências. O método comparativo é usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 107).

Dessa maneira, a partir do referencial teórico que dialoga e defende a presente tese abordada na introdução e discutida ao longo da presente pesquisa, utilizamos o método comparativo para problematizar as semelhanças e diferenças que cada língua filha tem entre si, indicando as suas famílias linguísticas pertencentes. A comparação entre as duas línguas PE e PB é feita com a abordagem qualitativa¹³ a partir dos teóricos Orlandi (2005, p. 29), Bagno (1999; 2001; 2007) e Castilho (2008; 2014; 2017a; 2017b).

III. A origem das línguas

3.1 O mito bíblico do surgimento das línguas: a Torre de Babel

Quando nos referimos à origem das línguas e como este momento ocorreu, poderíamos simplesmente aludir ao texto bíblico, retomando o mito¹⁴ da Torre de Babel, e esse questionamento seria por ali mesmo encerrado. A narrativa diz respeito a uma espécie de punição divina, da qual se originariam as línguas, conforme podemos observar:

1 Em toda a Terra, havia somente uma língua, e empregavam-se as mesmas palavras. 2 Emigrando do Oriente, os homens encontraram uma planície na terra de *Sinar* e nela se fixaram. 3 Disseram uns para os outros: «Vamos fazer tijolos, e cozamo-los ao fogo.» Utilizaram o tijolo em vez da pedra, e o betume serviu-lhes de argamassa. 4 Depois disseram: «Vamos construir uma cidade e uma torre, cujo cimo atinja os céus. Assim, hemos de torná-los famosos para evitar que nos dispersemos por toda a superfície da terra.» 5 O SENHOR, porém, desceu, a fim de ver a cidade e a torre que os homens estavam a edificar. 6 E o SENHOR disse: «Eles constituem apenas um povo e falam uma única língua. Se principiaram desta maneira, coisa nenhuma os impedirá, de futuro, de realizarem todos os seus projectos. 7 Vamos, pois, descer e confundir de tal modo a linguagem deles que não consigam compreender-se uns aos outros.» 8 E o SENHOR dispersou-os dali por toda a superfície da Terra, e suspenderam a construção da cidade. 9 Por isso, lhe foi dado o nome de Babel, visto ter sido lá que Deus confundiu a linguagem de todos os habitantes da Terra, e foi também dali que os dispersou por toda a Terra (GÊNESIS 11, 1-9).

Consoante se destaca na passagem supracitada, observamos uma espécie humana construindo uma edificação, mais precisamente uma torre, com tamanho suficiente para contestar a autoridade da Deidade¹⁵ suprema. Esse ato hediondo é visto por Deus como um pecado similar àquele praticado por Adão e Eva, no qual as suas atitudes os fazem agente de manipulação do próprio destino. Conforme observamos na narrativa, a ira de Deus não perdoa tal afronta e, assim, no mito da Torre de Babel, o homem é condenado a conviver com a diversidade linguística (CAMACHO, 2010, p. 142).

¹³ Não é traduzida em números, na qual pretende verificar a relação da realidade com o objeto de estudo, obtendo várias interpretações de uma análise indutiva por parte do pesquisador (DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008, p. 7).

¹⁴ Algo ou alguém cuja existência não é real ou não pode ser comprovada. [...] Ocorrência ou ação extraordinária, fora do comum, normalmente excessiva e deturpada pela imaginação ou pela imprensa. [...] Modo idealizado de representar um momento, passado ou futuro, da humanidade (DICIO, 2021).

¹⁵ Divindade ou ser divino; ser sagrado que se pode referir a Deus ou à própria essência divina: a Virgem coroada, rainha e triunfante, era para ela a legítima deidade católica. [...] O que é alvo de adoração, de culto: Deus é a deidade suprema, criador de todas as coisas boas (DICIO, 2022).

Figura 1. A Torre de Babel ilustrada por Daniel Neves Silva.



Fonte: Silva (2022).

Eis então a demonstração do poder de Deus sobre o homem, “o castigo da diversidade representa a forma de minar o poder das criaturas mortais mediante a extinção de sua capacidade de comunicação irrestrita entre seus semelhantes” (CAMACHO, 2010, p. 142). Poder-se-ia dizer que desta história bíblica data a origem dos diversos idiomas, falados por diversos povos, como resultado de um castigo de Deus para punir o homem pela sua audácia e tentativa de alcançar os céus. O resultado final é que a língua hebraica falada por todos, se dissipou em vários outros idiomas. Por conseguinte, se deu a origem da teoria monogenética, na qual todos os idiomas eram provenientes do hebraico. Diante disso, “com o avanço da descrição das línguas, viu-se que a hipótese monogenética não podia ser confirmada, dada a grande diferença entre as estruturas das línguas que iam sendo melhor conhecidas” (CASTILHO, 2014).

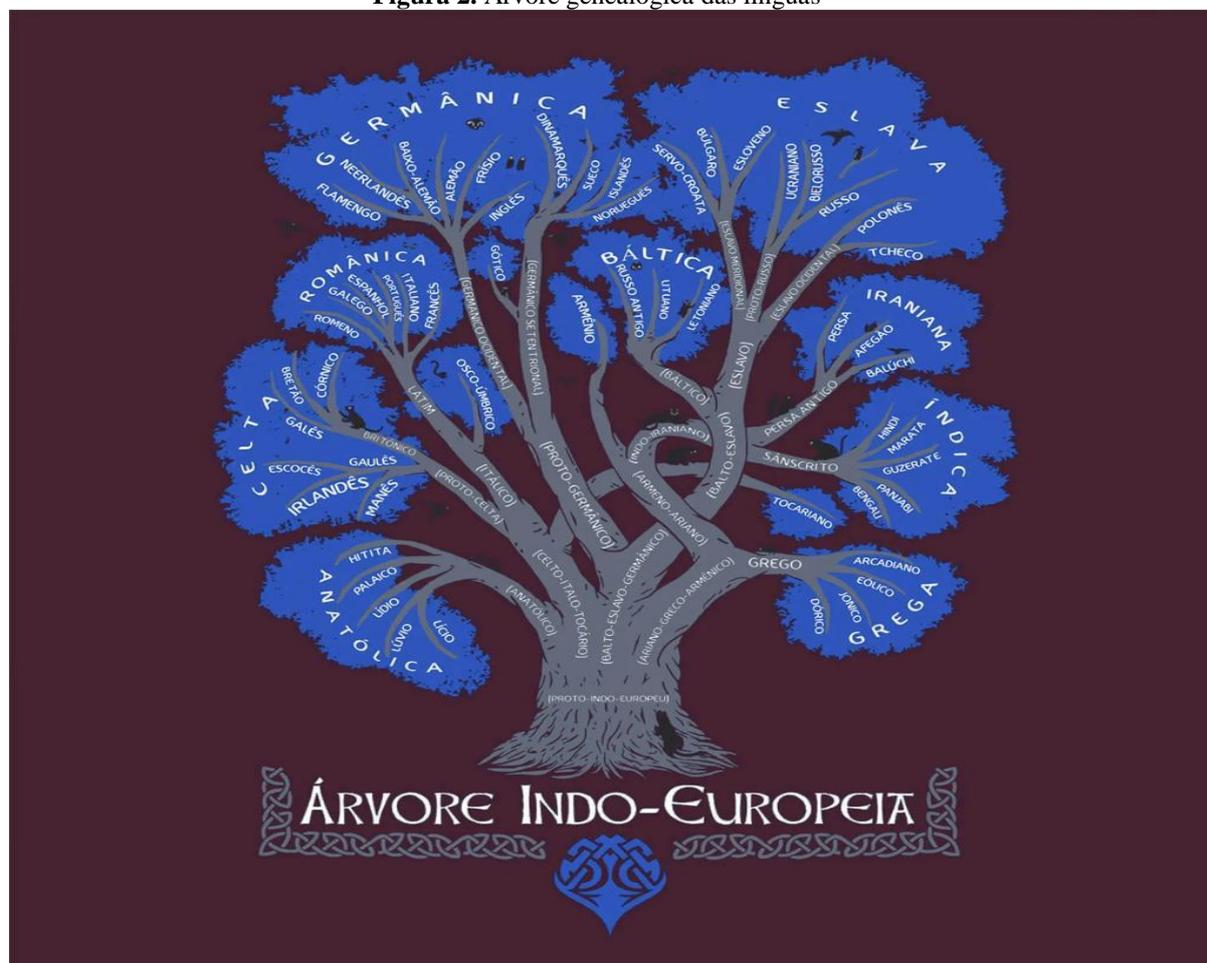
3.2 Uma língua mãe que deu origem aos muitos outros idiomas: a dissipação da língua ancestral, o início do tronco-Indoeuropeu.

Deslocando-se da narrativa mítica para uma pesquisa histórica a respeito da origem das línguas, daremos continuidade à discussão em tela, enfatizando a origem da língua ancestral por uma explicação histórico-científica. Para tanto, partiremos de uma indagação: considerando que o Português, e todas as línguas neolatinas que compõem a família linguística românica, se originaram do Latim, então qual a origem da Língua Latina? Para responder a esta pergunta, voltemos ao século XVIII, quando estudiosos europeus, envolvidos nos estudos das línguas e de diversas culturas, haviam percebido similaridades entre os termos e palavras na linguagem Grega e Latina, por exemplo, *patér/pater/pai*. Essa afinidade deixou os pesquisadores muito desconfiados de que havia uma relação da origem da língua Grega com a da língua Latina. Assim, por volta do ano de 1786, o estudioso Sir William Jones, então magistrado do Império Britânico, pesquisador da cultura da Índia antiga, plantou a primeira semente do que mais tarde chamaremos de linguística histórico-comparativa, em um discurso para a sociedade asiática, revelou uma descoberta sobre o sânscrito, conforme podemos ler a seguir:

O sânscrito, sem levar em conta a sua antiguidade, possui uma estrutura maravilhosa: é mais perfeito que o grego, mais rico que o latim e mais extraordinariamente refinado que ambos. Mantém, todavia, com essas duas línguas tão grande afinidade, tanto nas raízes verbais quanto nas formas gramaticais, que não é possível tratar-se do produto do acaso. É tão forte essa afinidade que qualquer filólogo que examine o sânscrito, o grego e o latim não podem deixar de acreditar que os três provieram de uma fonte comum, a qual talvez já não exista. Razão idêntica, embora menos evidente, há para supor que o gótico e o celta tiveram a mesma origem que o sânscrito. (ROBINS, 1983, p. 107).

Assim, no século XIX ocorre uma das maiores realizações no campo da Linguística, o advento da metodologia histórico-comparativa, pois a revelação de Sir William Jones demarca as afinidades e diferenças entre o Latim, o Grego, o Persa, o Germânico e o Sânscrito. Essas famílias linguísticas supramencionadas foram chamadas pelo nome de Línguas Indo-europeias. Os linguistas do campo histórico sugerem que essas línguas Indo-europeias vêm de uma mesma origem, o que podemos chamar de Indo-europeu ou proto-língua. Essa conclusão só foi possível por meio da metodologia científica histórico-comparativa. Ver figura 2. (ANDRADE LINHARES, 2014; ILARI, 1999).

Figura 2. Árvore genealógica das línguas ¹⁶



Além do Latim, o Grego e o Sânscrito, outras línguas também provieram de uma língua ancestral, ou seja, do tronco protoindo-europeu, como, por exemplo, a maioria das línguas europeias e algumas asiáticas, tais quais: o Inglês, o Alemão, o Russo, o Persa, o Hindi, o Francês, as mais famosas entre as línguas.

A explicação a respeito de uma língua protoindo-europeia pode ser encontrada fazendo uma retomada ainda maior no tempo, voltando a cerca de 4.000 anos a.C., ou seja, seis mil anos atrás, quando havia um conjunto de línguas que se cognominou de Indo-europeu, uma língua pré-histórica hipotética. Em meados do II milênio a. C., os movimentos migratórios desses povos Indo-europeus por todo o continente, estabilizou-se e seu habitats foram concretizados, o que levou essa população a ter contato permanente com povos de origens diversas, que não falavam línguas indo-europeias (CASTILHO, 2017a, p. 4; ILARI, 1999).

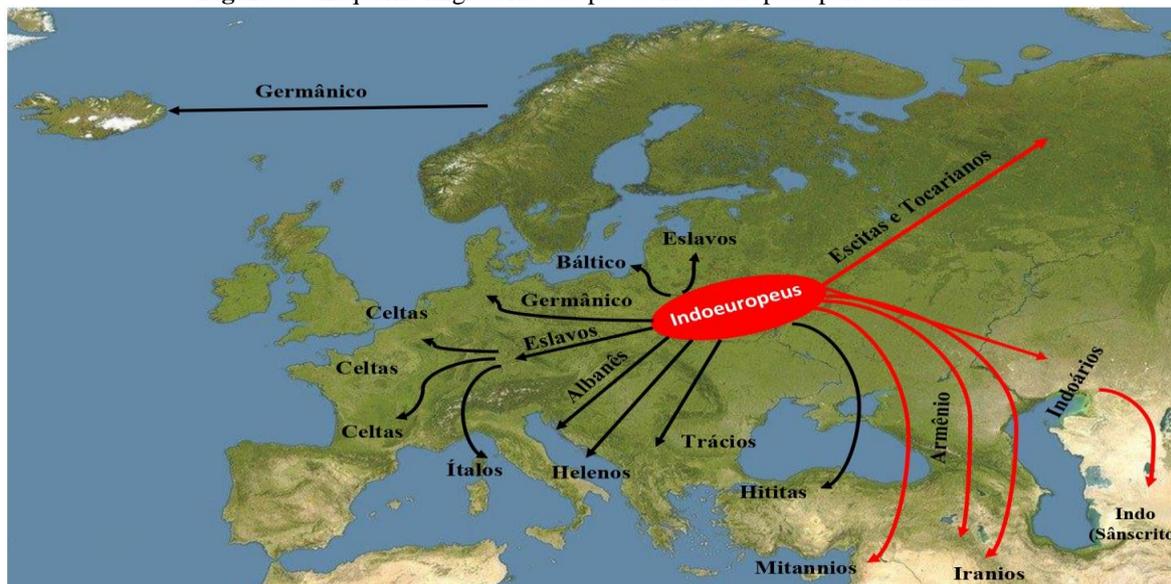
Naquele contexto, os usuários destas línguas eram indivíduos ágrafos, que não possuíam a habilidade de escrever (CASTILHO, 2017a, p. 4; ILARI, 1999). De acordo com Castilho (2017a, p. 4), “os romanos já diziam que *uerba uolant sed scripta manent* “as palavras [faladas] voam, mas as [palavras] escritas

¹⁶Fonte: Link: <https://www.doppelstore.com.br/moletom-arvore-indo-europeia>

permanecem”.A primeira geração de linguistas comparatistas concluiu que pela ausência da escrita, a língua indo-europeia acabou sendo extinta.

Os comparatistas impuseram-se como agenda para identificar o passado comum das línguas, concentrado-se numa protolíngua sem documentos escritos, que devia então ser postulada. Para configurar a protolíngua, eles compararam as gramáticas das línguas-testemunho. Foi assim desenvolvido o método histórico-comparativo, através do qual foi possível configurar o indoeuropeu, o latim vulgar e o romance (CASTILHO, 2014c, p. 84).

Figura 3¹⁷.Esquema migratório dos povos indo-europeus pelo continente.



Fonte:Elaborado pelos pesquisadores.

Diante do supracitado, sem fontes documentais suficientes, os linguistas da ciência histórico-comparativa tiveram que recorrer a análises minuciosas entre as línguas-filhas. Assim, investigando língua por língua, os pesquisadores localizaram, atualmente, 60 línguas do tronco indo-europeu(CASTILHO, 2017a, p. 5). Somente a partir do século XVIII, as línguas indo-europeias foram compreendidas como uma grande família linguística, desde a investigação histórico-comparativa das línguas-filhas “ainda hoje faladas no oeste da Ásia (Irã, Paquistão, Índia e Ceilão) e na Europa quase toda.” (CASTILHO, 2017a, p. 5; ILARI, 1999). Castilho (2014) ainda complementa sobre o método histórico-comparativo em citação abaixo:

Os comparatistas buscaram identificar o passado comum das línguas, concentrando-se numa protolíngua, o arquétipo de língua mãe, só que sem documentos escritos, esses cientistas tiveram que localizar sua origem por meio das línguas filhas. Para configurar a protolíngua, eles compararam as gramáticas das línguas-testemunho, foi assim desenvolvido o método histórico-comparativo, através do qual foi possível configurar o indoeuropeu, o latim vulgar e o romance. No Brasil, a maior figura desta orientação foi Theodoro Henrique Maurer Jr., que publicou a primeira gramática sobre o latim vulgar, acompanhada de reflexões teóricas (CASTILHO, 2014, p. 84).

O processo migratório dos povos indo-europeus e asiáticos, rumo em direção à Europa, em busca de melhor qualidade de vida, fez com que esses povos se disseminassem pelas mais diversas partes do mundo, propagando suas línguas, hábitos agrícolas, militares, religiosos e familiares. (CASTILHO, 2017a, p. 5; ILARI, 1999).Os grupos indo-europeus com o tempo se dispersaram por todas as partes do mundo isolando-se. Conforme o local em que os nômades indo-europeus territorializavam, sua língua ia se desenvolvendo de forma

¹⁷ O latim pertence ao galho itálico do indo-europeu, uma língua pré-histórica hipotética falada cerca de 4 mil anos atrás. Uns dois mil anos antes de Cristo, ondas migratórias procedentes de áreas próximas ao Mar Cáspio ou ao Mar Negro levaram sua língua ao leste e oeste, atingindo por um lado a Britânia e Hispânia e, pelo outro, a Índia, razão pela qual chamaram-se de Indo-europeus. (SOCA, 2017).

independente e diferencial. Com isso, originaram-se os mais variados dialetos, se distinguindo e criando subdivisões de línguas distintas (CASTILHO, 2017a; ILARI, 1999), conforme podemos ver na tabela 1:

Tabela 1. Famílias linguísticas oriundas da língua ancestral, a protolíngua Indo-europeia.	
Protoindo-europeu	
Ramo ou família linguística	Línguas
Ramo Indo-iraniano	O Persa, o Sânscrito e o Bengalês;
Ramo eslávico	O Russo, o Búlgaro, o Servo-Croata, o Polonês
Ramo germânico	O Inglês, o Alemão, o Islandês, o Norueguês, o Holandês
Ramo helênico	O Grego Antigo e Moderno
Ramo céltico	O Gaulês, o Gaélico Escocês e Irlandês, o Galês;
Ramo anatólico	O Tocário, falado numa região da Ásia Central, hoje domínio da China,
Ramo itálico	o Latim, o Osco e o Umbro
Românicas	O Português, o Italiano, o Francês, o Espanhol, O galego

Fonte: elaborado pelos autores.

De acordo com a tabela 1, a coluna dos ramos de línguas, ou se preferir famílias linguísticas, surgiram a partir de uma língua mãe, conhecida como protolíngua indo-europeia, que dialoga com a árvore genealógica das línguas, ilustrada na figura 2. De acordo com Castilho (2017a, p. 5): a “descoberta” do Indoeuropeu se deu a partir do final do século XVIII, quando viajantes europeus conhecedores de Latim, Grego e Gótico (variedade do Protogermânico), ao passearem pela Índia, notaram várias semelhanças em palavras dessas línguas e do Sânscrito, língua usada pelos sacerdotes indianos em suas celebrações religiosas. A seguir, na tabela 2, ilustramos algumas similaridades e diferenças entre as línguas das mesmas e distintas famílias linguísticas:

Tabela 2. Similaridades entre vocábulos em comparação com as mais diversas línguas-filhas.					
Família linguística	Línguas filhas	Pai	Mãe	Irmão	Lobo
Românico	Latim	Pater	Mater	Frater	Lupus
helênico	Grego	Pater	Meter	Phrater	Lykos
Indo-iraniano	Sânscrito	Pita	Matar	Bhratar	Vrkas
Românico	Espanhol	Padre	Madre	Hermano	Lobo
Românico	Francês	Pere	Mere	Frere	Loup
Gótico antigo	Inglês moderno	Father	Monther	Brother	Wolf
Germânico	Inglês antigo	Feader	Modor	Brothor	Wulf
Germânico	Alemão	Vater	Mutter	Bruder	Wolf

Fonte: elaborado pelos autores.

As palavras ilustradas na tabela 2 realçam as semelhanças e distinções entre os vocábulos pertencentes a cada ramo linguístico e por sua vez a língua-filha. Esses achados corroboram e justificam a eficiência da linguística histórico-comparativa. Para Castilho (2017a, p. 6), “deveria mesmo ter existido uma língua comum, anterior ao Latim, ao Grego, ao Alemão e ao Sânscrito. Essa língua comum foi denominada Indoeuropeu, uma família que compreende outras tantas famílias.” E é por essa riqueza fecunda da protolíngua indo-europeia que trazemos uma lista das línguas que foram originadas em cada família específica, bem como suas línguas-filhas e os países em que estas são usadas, conforme vemos na tabela 3, adaptada de Castilho (2017a, p. 6):

Tabela 3. Famílias linguísticas, países que a adotaram, e idioma falado.		
Família linguística	País	Língua
Grupo Anatólio	Ásia Menor	Hitita, Luviano, Palaico, Lídio
Grupo Indo- Iraniano	Índia, Ceilão e Paquistão	Persa, Pashto, Osseta, Curdo
Grupo Índico	Índia, Ceilão e Paquistão	Sânscrito, Hindi, Urdu, Bengalês, Panjabi, Gujarati, Marati, Nepali e Cashmiri
Grupo Armênio	Sul do Cáucaso e em parte da Turquia	Armênio oriental
Tocário	Turquestão chinês	Tocário ou tocariano
Grego	Grécia, Macedônia, regiões da Ásia Menor e Chipre	Dialetos, eólico, jônico, dórico, ático
Ilírio, Albanês e Venético	Partes da Itália, Albânia e região de Trieste	-

Grupo Itálico	Península Itálica	Latim de onde derivaram as Línguas Românicas, Osco-Umbro
Grupo Balto- Eslavo	Europa Central	Grupo Báltico: (Lituano, Letão, falado na Lituânia e na Letônia) Grupo Oriental: Russo, Ucrainiano e Bielo-Russo; Eslavo Ocidental: Theco, Eslovaco, Polonês; Eslavo do Sul: Serbocroata, Esloveno e Búlgaro
Grupo Germânico	Europa Setentrional	Gótico, falado na Criméia, Escandinavo (Islândes, Dinamarquês, Sueco e Norueguês), Germânico Ocidental (Inglês, Frisão), Alto Alemão (alguns dialetos e o Ídiche, falados na Áustria, Sul da Alemanha e Suíça), Baixo Alemão (Holandês, Afrikaans, e dialetos do Norte da Alemanha).

Fonte: Castilho (2017a, p. 6).

A tabela 3, acima ilustrada, dialoga também com a tabela 2, o diferencial entre elas vai está nos países que adotaram cada língua-filha como idioma falado e escrito. Cada uma dessas línguas-filhas são pertencentes a um grupo linguístico específico.

3.3 O Império Romano, sua magnitudee extensão

Datado do século VIII ou IX a. C., conforme observa Ilari (1999, p. 41) ao afirmar que, “a tradição fixa em 753 a.C. a fundação de Roma, sua capital”, teve-se origem o maior e mais vasto império de todos os tempos, o Império Romano. Os pesquisadores Ilari (1999, p. 41) e Castilho (2017a, p. 8) dialogam, sob a mesma perspectiva,apontando as fases históricas dos romanos:

Tabela 4. Tabela com esquema da historicidade de Roma, suas fases e período de tempo.

Fase	Descrição do período
Roma Antiga ou Realeza	Também conhecido como o período da Monarquia, essa fase teve origem por volta de 507 a 509 a.C., a sociedade dessa época era formada pelos patrícios (classe nobre), os plebeus (comerciantes, artesões, pequenos proprietários) e os camponeses (pessoas que viviam sob as sombras dos patrícios e plebeus, prestando serviços de mão de obra. (ILARI, 1999; CASTILHO, 2017a, p. 8).
Roma Republicana ou República	Esse período se estende de 507 a 31 a. C., no qual, os plebeus, que eram inferiores aos patrícios, articularam-se e aumentaram seus poderes através da criação de novas instituições políticas, dando em seguida um golpe, liderado por senadores romanos, na monarquia. Na sequência, “cerca de 272 a. C., o Latim torna a língua oficial de toda Península Itálica” (ILARI, 1999; CASTILHO, 2017a, p. 8).
Roma Imperial ou Império	A fase de Roma Imperial compreende o período de tempo de 31 a. C. a 476 d. C., período que compreende também a queda do Império Romano. Castilho (2017a, p. 8) afirma que “esse período habitualmente dividido em Alto Império em Baixo Império.” nessa fase, que vai do “séc. I a. C. a II d. C., houve uma grande expansão do território, e Roma se transforma na maior cidade do mundo, contando 910.000 habitantes. Para sustentar o Império, torna-se necessário manter exércitos permanentes, cuja chefia confiada ao <i>Imperator</i> , surgindo as dinastias. Mas o senado ainda subsiste. O Baixo Império vai dos sécs. III a V d. C. É o período da anarquia militar, em que os generais dos exércitos” com inúmeros golpes militares e conflitos civis (CASTILHO, 2017a, p. 8).

Fonte: elaborado pelos autores.

Esses momentos da historicidade de Roma são marcos referenciais para a origem das línguas românicas, pois o Império Romano tinha poder suficiente para conquistar e assimilar novos povos e territórios. Nesse processo, se deu a sua espantosa expansão territorial datada entre os séculos V a. C. e II d. C. Como será dito mais na frente, na subseção a e b. De certo que o Império Romano foi um grande conquistador de territórios, e à medida que novos territórios são tomados a sua língua latina também era imposta.

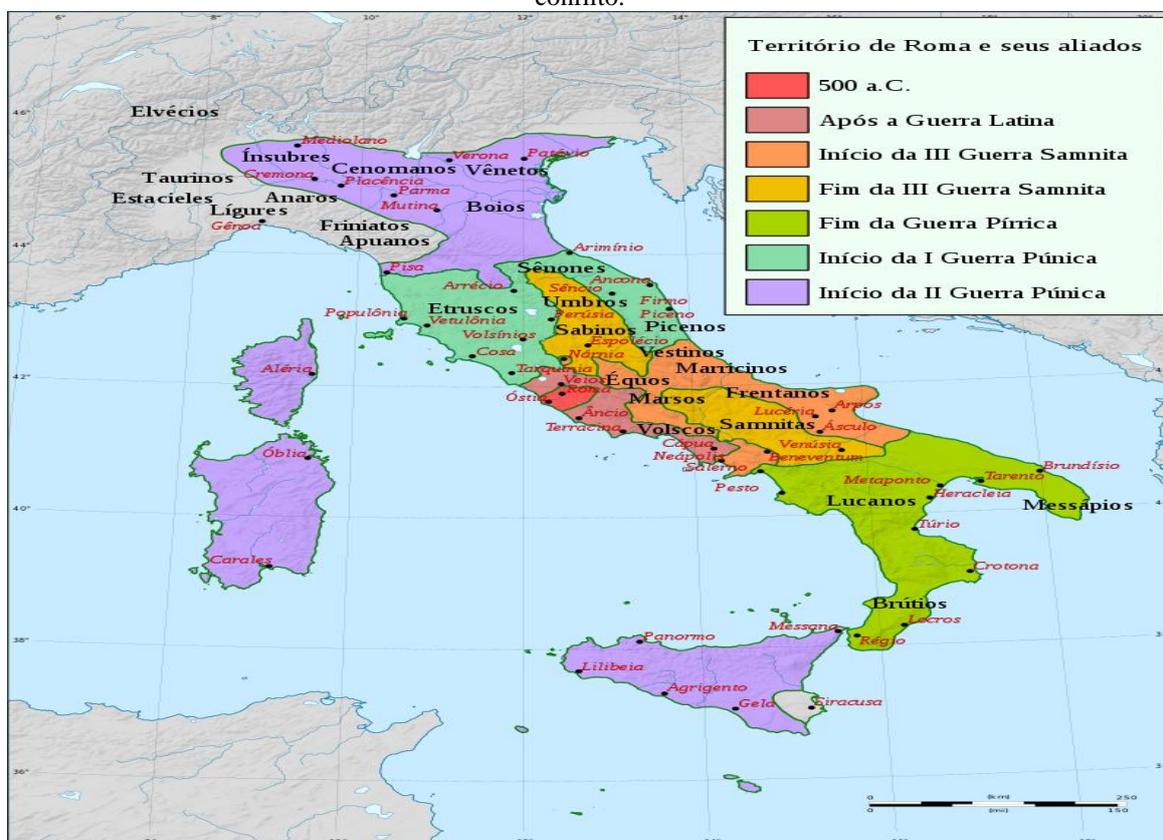
Dada a breve contextualização histórica de Roma, por meio da tabela 4, é possível ver que o Império Romano possuía uma democratização progressiva de poder, sendo organizada socialmente, de um lado, pela presença da classe burguesa, majoritária, os ditos “patrícios”, classe social essa que governou a Urbe nos primeiros tempos e que emprega um latim rebuscado. Do outro lado, pela presença da classe plebeia, com suas

instituições políticas ganhando cada vez espaço, às custas dos Patrícios (ILARI, 1999, p. 42) e que dominava o latim vulgar.

a) Principais momentos da conquista dos Romanos

De acordo com Ilari (1999, p. 42), o Império Romano conquistou a Região do Lácio que se localiza no centro da Itália, próximo às margens do mar Tirreno, por meio de alianças e/ou lutas. Por conseguinte, assimilou os povos vizinhos “Sabinos, Volscos, Équos, Etruscos etc.” Essa conquista foi alcançada por mais ou menos meio século, nas quais “as populações lideradas pelos samnitas (349-290 a.C.) e as populações gregas da Magna Grécia, confederadas sob a liderança de Tarento e apoiadas militarmente por Pirro, rei do Epiro (282-272 a.C.), foram tomadas pelos romanos (ILARI, 1999, p. 42). O poeta Olavo Bilac, numa de suas composições mais famosas, alude à Região do Lácio, na qual habitou os primeiros falantes do latim. O lírico também faz uso do enunciado “Última flor do Lácio”, fazendo comparação da língua portuguesa com uma flor, pois, as duas são belas e esplendorosas. Informações disponíveis na figura 4.

Figura 4. Itália Peninsular conquistada pelo Império Romano, na legenda tem-se o período síncrono de cada conflito.¹⁸



Diante da conquista de Roma, Castilho (2017a, p. 7) afirma que os indoeuropeus ocupavam uma pequena parte da extensão da Itália. Essa ocupação foi dividida em duas ondas migratórias diferentes: “(i) os indoeuropeus que se localizaram no Lácio, e por isso foram chamados latinos, e (ii) os Oscos, que se localizam a leste e ao sul do Lácio, e os Umbros, que ficaram no noroeste do Lácio.” Naquela época, a Península Itálica já abrigava milhares de outros povos. Lá também habitavam outros Latinos, Oscos-Umbros, Etruscos (não-indoeuropeus), Sabélicos, Volcos, os Lígures, os Vênetos, os Gregos e os Celtas. Todo esse território foi invadido e conquistado pelos Romanos. Diante dessas conquistas do Império Romano, a língua latina deles entrava em contato direto com a línguas dos nativos e, por conseguinte, novas variações linguísticas iam surgindo também, conforme representadas na figura 4.

Após a conquista da Península Itálica, esse evento colocou Roma dentro da política mediterrânea devido suas condições geográficas, o que desencadeou conflitos e rivalidades com Cartago, uma colônia da

¹⁸ Imagem feita por: Fulvio314 (discussão – contribs) - Este ficheiro foi derivado de: Roman conquest of Italy (it).svg:CC0, Link: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=52038838>.

civilização da Fenícia. Essa rivalidade ocorreu porque Cartago já explorava o comércio marítimo, tendo estabelecido empórios desde o atual Líbano até Portugal (ILARI, 1999, p. 42). Diante disso, o conflito hegemônico comercial no mediterrâneo culminou em três grandes guerras, conhecidas como púnicas¹⁹: a primeira ocorreu entre 264 a. C. até 241 a. C., e teve como desfecho a vitória dos romanos, que tomaram dos seus oponentes as “ilhas da Sicília (241 a.C.), da Sardenha e da Córsega (238 a.C.).” (ILARI, 1999, p. 42). Após o primeiro expurgo, Cartago estabelecida da ofensiva anterior, parte para a revanche, por volta de 206 a. C, sob o comando de Aníbal. Esse contra-ataque quase tornou Cartago vitorioso, mas os Romanos conseguiram obter êxito, saindo vitoriosos:

[...] Roma estabeleceu nessa ocasião as suas primeiras colônias não italianas, ambas na Ibéria: a Bética (atual Andaluzia) e a Tarraconense (atuais províncias de Castela, Múrcia e Valência) (197-183). Em 190 foi tomado aos sírios um pequeno território da Anatólia que os romanos chamaram pomposamente de “Asia”; entre 197 e 146 foram submetidas a Macedônia e a Grécia (ILARI, 1999, p. 42).

Ainda nesse mesmo momento, Roma, com todo seu autoritarismo, decide provocar a terceira guerra púnica, por volta de 146 a. C., desmanando de uma vez por todas Cartago. Assim, a “região da Tunísia se tornou província romana com o nome de África.” E mais tarde, “poucos anos depois foram desbaratados os lusitanos (resistência de Viriato, 139), e a Gália Narbonense (atual Provença) formou uma nova província (118).” (ILARI, 1999, p. 44).

[...] Esses dois traços — o aproveitamento de sócios no exército e ação militar simultânea em regiões afastadas — marcaram ainda mais fortemente a expansão territorial romana nos dois séculos seguintes, quando Roma guerreou em três frentes principais: a Gália e a Europa Central, a Ásia Menor e a África. Até 60 a.C., aproveitando-se das rivalidades entre os reinos da Ásia Menor, Roma submeteu Chipre, a Bitínia, a Galácia, a Capadócia e a Síria (incluindo a Palestina); praticamente contemporâneas são, na África, as conquistas da Cirenaica e de Creta (74 a.C.), da Numídia (46 a.C.), da Mauritânia (42 a.C.) e do Egito (30 a.C.) (ILARI, 1999, p. 44).

[...] Na Europa continental, a conquista mais importante deste período é a Gália, submetida por Júlio César entre 58 e 51 a.C. Na época de Augusto foram tomadas na região do Danúbio a Récia (17 a.C.), a Nórca (17 a.C.), a Panônia (9 a.C.) e a Mésia (23 a.C.); a conquista da Britânia data de 43 d.C. Com a conquista da Trácia (46 a.C.), o Império Romano teve por limites naturais o Reno e o Danúbio; o Mar Mediterrâneo, transformado numa espécie de lago interior, fazia jus havia muito tempo ao nome de “Mare Nostrum Internum”. As conquistas mais tardias do Império Romano foram dos territórios da Caledônia, isto é, a atual Escócia (85 d.C.), a Dácia, atual Romênia (106 d.C.) e a Arábia Pétria (Ilari, 1999, p. 44). Vale ressaltar aqui mais uma vez, que todas as línguas faladas nos territórios assimilados pelo Império Romano se chocavam, dando origem a novas línguas, novos dialetos, novas variações, etc.

Diante dessas tomadas territoriais pelos Romanos, o latim Rebuscados deles se fundia com os povos dos países assimilados, dando origem a muitas variações linguísticas, dialetos e outras formas de latim, ou seja, novas línguas.

3.4 A origem da Língua Portuguesa

No período do Império Romano, que se estendia territorialmente ao longo da Europa, África e Ásia, o Latim, a língua falada pelo Império, também se expandia, se desenvolvia e se enraizava nas mais variadas partes conquistadas pelos romanos. (ILARI, 1999; JAGUARIBE, 2001; BECKER, 1969). Por conseguinte, a cada uma das partes conquistadas, conseqüentemente, a Língua Latina também se desenvolveu e originou novos dialetos, muitas vezes incompreensíveis entre si. Nesse momento, foi que surgiram novas línguas como o Português, o Francês, o Catalão, o Espanhol, o Italiano, o Romeno, o Provençal, etc. Diante disto, podemos dizer que essas

¹⁹ Púnicos, do gr. *phoinicoi*, isto é, “fenícios” (ILARI, 1999, p. 42).

línguas originadas do Latim modificado e transformado, em decorrência da expansão do Império Romano, são congnominadas de línguas neolatinas. (ILARI, 1999; JAGUARIBE, 2001; BECKER, 1969).

No desenvolvimento do processo de expansão do império romano, não demorou para que se conquistasse outros territórios do mundo, como ocorreu com Portugal. Após a invasão de Portugal, e o encontro de culturas e línguas, o Latim falado no Império Romano e o latim vulgar de Portugal, surge uma nova variação da qual se origina o Português que falamos nos dias atuais. (ILARI, 1999; JAGUARIBE, 2001; BECKER, 1969). Assim, o português é fruto de uma rica herança cultural do Latim. A união do Império Romano com a Igreja, no início da Era Cristã, mais precisamente nos primeiros séculos, manteve o Latim atuante nas religiões, culturas, literaturas, filosofia, documentos públicos e administrativos. E mesmo com a queda do Império Romano, o Latim perdurou ao longo da antiguidade e Idade Média, até grande parte da Europa. (ILARI, 1999; JAGUARIBE, 2001; BECKER, 1975).

Considerando as informações supracitadas e para uma melhor compreensão da história da língua portuguesa faz-se necessário entender o que é a Europa latina, compreendida como um conjunto de nações compostas por países de decadência do Império Romano, ou melhor, é a parte europeia que restou desse Império. O referido império desapareceu enquanto organização política e administrativa, mas sua cultura continua viva até a contemporaneidade, sendo cultivada, por exemplo, aqui no Brasil. (CASTILHO, 2017, p. 2). A construção da Europa Latina foi o que impulsionou a formação de dois grandes grupos linguísticos na intitulada România Velha, as línguas românicas orientais e as línguas românicas ocidentais.

A partir da apresentação da Europa Latina, outro ponto que se destaca nessa história é a conquista da Península Ibérica por parte dos Romanos. A invasão romana na Península Ibérica teve início no séc., II a. C, o que ocorreu antes que os romanos ocupassem a Gália Cisalpina, que só aconteceria no séc. I a.C. Cada direção da ocupação da Ibéria por parte dos romanos levaria a uma divisão administrativa da Península Ibérica, o que resultaria no nascimento das línguas românicas peninsulares. Da entrada pelo Sul resultou a Hispânia Ulterior, formada pela Bética e pela Lusitânia, e habitada pelos Verrones e pelos Lusitani: dessa direção resultou o Galego e o Português (CASTILHO, 2017, p. 6).

Da entrada pelo Norte resultou a Hispânia Citerior, constituída pela Terraconense, em seguida dividida em Galaecia, Terracoense e Cataginense. (CASTILHO, 2017, p. 6). O latim vulgar foi desenvolvido na Hispânia Citerior, onde tinham muitas pessoas sem acesso à educação e classificadas como analfabetas. Dessa forma, a língua, majoritariamente, era falada e poucos relatos nas escrituras. Essa latinização da península Ibérica pelos romanos e a existência de povos e culturas pré e pós-romanos no território criaram as condições para o surgimento do português. (CASTILHO, 2017, p. 12).

Portanto, a partir do exposto, outro período da história que merece ênfase é o do Romance (600-1000). Nessa fase, destaca-se a presença do Latim Culto designado de latine loqui e o Latim Vulgar romanice loqui, o advérbio romanice, utilizado para compor a resultante europeia da dialetação do Latim Vulgar pela Europa latina, em seguida de um gênero literário (CASTILHO, 2017, p. 13). A península Ibérica estava sendo habitada pelos descendentes dos romanos. No entanto, os germanos também tinham interesse na localidade. Eles eram compostos por dois grupos: o oriental formado pelos Vândalos, Godos (que se compunham os Visigodos e os Ostrogodos), alanos, Burgúndios, Hérulos entre outros; e também existia o lado Ocidental composto pelos Francos, Alamanos e Suevos (CASTILHO, 2017, p. 18).

Nota-se que a expansão romana pela Europa criou um ambiente para o que posteriormente originava-se o português. Com isso, tivemos uma aparição de muitos grupos que eram chamados de línguas românicas, advindas do Latim Vulgar. Os povos pré-romanos não conseguiram preservar a sua língua, com exceção dos Bascos. Dessa forma, o Latim vulgar guardou a morfologia e a sintaxe dessa língua, assim como recebeu contribuições lexicais. Portanto, temos também os povos pós-romanos, nos quais podemos destacar um dos marcos linguísticos mais importantes da invasão germânica, que seria a libertação das potencialidades diferenciadoras da península em consideração a Roma, que já não era mais vista como uma capital. Com isso, o sentimento nacional foi se desenvolvendo, entre os séc. VI e IX. Assim, o Latim Vulgar Hispânico começou a ser falado nos diversos Romances, dos quais surgiram, a partir do século X, as línguas românicas Ibéricas. (CASTILHO, 2017, p. 19).

Além disso, outro ponto marcante na história foi a chegada dos árabes, que ficaram durante 552 anos em Portugal, sendo, posteriormente, expulsos. Na Espanha, os árabes ficaram por 781 anos, sendo também expulsos. Eles trouxeram uma desenvolvida cultura que abrangia a agricultura e também a filosofia. Entre o momento de chegada dos árabes no ano de 711 e a expulsão dos últimos árabes em 1492, formou-se reinos cristãos da Ibéria. Dessa forma, surgiram as línguas românicas na Península (CASTILHO, 2017, p. 21, 22, 27).

A partir do exposto, podemos destacar a primeira variação do português, o português arcaico, que foi falado e escrito durante os séculos XIII e XVI, mais pontualmente em 1540. No entanto, a datação de uma língua é algo muito difícil, pois quando encontramos os registros escritos, pressupõe-se que a mesma já era falada antes de ser escrita. O português Arcaico pode ser dividido em duas fases, a primeira pode ser denominada como o Galego-Português, onde os primeiros documentos escritos da Língua Portuguesa surgem no séc. XIII: o

testamento de Afonso II (1214), e a notícia de Torto (aproximadamente 1214) (CASTILHO, 2017, p. 30, 31). A segunda fase foi a do Português Arcaico. A alteração do Galego Português para o Português arcaico ocorreu “por volta de 1350”. Ademais, no século XVI, foram publicadas as primeiras gramáticas e dicionários da Língua Portuguesa. Além disso, observamos a importância do Português, sua expansão e sua oposição ao castelhano. Portanto, gramáticos portugueses dos séculos XVI e XVII se opunham àqueles que classificavam as línguas românicas como veículos toscos ou insuficientes, eles mostravam que através da língua pátria era possível veicular qualquer tipo de sentimento arraçoado. Com isso, citamos Camões que em seus versos dizia “E na língua, na qual quando imagina com poucas corrupções crê que não é latina”. Portanto, a Língua Portuguesa passou por uma longa jornada até chegar no Brasil (CASTILHO, 2017, p. 32, 33, 34).

3.4.1 Como os portugueses ocuparam o território brasileiro? As navegações que revelaram um país.

As línguas romanas que mais se espalharam pelo mundo foram o castelhano e o português. A fixação do português no Brasil faz parte de um grande número de navegações realizadas pelos portugueses e sem dúvida foram mais bem sucedidas. A partir do século XV, incentivados por D. Henrique (1394-1460), um dos filhos de D. João I, começaram grandes descobertas, expondo a rota marítima para a Índia, América do Sul (e nesta o Brasil), e a passagem para o Pacífico, um oceano até então desconhecido. As ilhas dos Açores, Madeira e São Tomé e Príncipe ao largo das costas da Europa e África foram as primeiras a serem ocupadas fora de Portugal continental (CASTILHO, 2008, p.1).

3.4.2 A chegada dos portugueses na África

Bartolomeu Dias contornou o Cabo da Boa Esperança, e os portugueses estabeleceram feitorias na costa africana. Ilhas na costa da África, como as Ilhas Canárias, agora propriedade da Espanha, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, também foram tocadas por navios portugueses, ao que, diante disto, a língua daqueles habitantes. Os portugueses se estabeleceram temporariamente em Angola e Moçambique, colônias que prosperaram até meados de 1974. Nessa época, os habitantes dessas colônias ficavam expostos a língua dos portugueses, na tabela 5, logo abaixo, mostramos a densidade populacional exposta a língua portuguesa na África:

Tabela 5. Tabela contendo a densidade populacional envolvida no processo de aquisição da língua portuguesa.

País	Superfície em km²	População
São Tomé e Príncipe	964	67.000
Ilhas de Cabo Verde	4.033	285.000
Guiné-Bissau	36.125	570.000
Moçambique	782.763	8.715.000
Angola	1.246.700	5.840.000

Fonte: Adaptado de Castilho (2008, p. 1).

Nesses países, o português é hoje a língua oficial, atualmente, seguindo o modelo europeu, falado por menos da metade da população. O censo de 1997 contava com 16.100.000 de habitantes em Moçambique, dos quais 6.000.000 falavam português, como língua materna ou segunda língua, ou seja, 39% da população. Este número mostra um aumento de falantes do idioma português em Moçambique. Não há informações recentes sobre o país de Angola. Continuam majoritárias as línguas locais, sejam os crioulos, sejam como em Angola ou Moçambique, as línguas da família quimbundo, faladas por milhões de indivíduos.

3.4.3 Os Portugueses partindo para a Ásia

Vasco da Gama descobriu o caminho para a Índia, permitindo a Portugal estabelecer um rico comércio de especiarias indianas, até então acessível apenas por estrada. A República de Veneza, que dominava esta rota, teve que lidar com prejuízos econômicos. Na Índia, os portugueses limitaram-se a Goa (1510), Damão (1534) e Diu (1535), bem como partes da ilha de Timor, na Indonésia. Na China, ocuparam a pequena área de Macau (1557), quase em frente a Hong Kong. Em termos de expansão geográfica, os portugueses tiveram mais sucesso no Ceilão, agora Sri Lanka, e em Malaca. Após as grandes viagens, o português tornou-se uma língua comum

nos portos da Índia e do Sudeste Asiático entre os séculos XVI e XVIII. (CASTILHO, 2008. p. 4). Como decorrência disso, o crioulo de origem portuguesa ainda é falado em Goa, Damão e Diu, Ceilão, Java, Malaca e Macau. Mas a língua portuguesa não se instalaria ali com a mesma força que na América: a “Índia Portuguesa” foi restaurada pela União da Índia em 1961, e Timor foi anexado pela Indonésia em 1974, depois de ser libertado dela em 2002. A República Democrática de Timor Leste é o país mais jovem do mundo depois de conquistar a independência da Indonésia. A população de Timor-Leste é de 800.000 habitantes e o português é a língua oficial do país (CASTILHO, 2008. p. 4).

3.4.4 O continente Americano e a chegada dos portugueses

Fernão de Magalhães, cumprindo deveres dos reis castelhanos, rodeia parte da América do Sul, encontrando o estreito que levaria seu nome, e que abria uma passagem para o pacífico, por ele assim cognominada. Pedro Álvares Cabral descobre o Brasil em 1500, e a tomada pelo território se inicia a partir de 1530. Em questões territoriais, o Brasil é hoje a maior nação falante da língua portuguesa do mundo, completamente responsável por ter o Português se tornado a oitava língua mais falada globalmente. Por conseguinte, a colonização do Brasil fez com que a Língua Portuguesa se alastrasse por grandes territórios, obtendo uma população avaliada pelo censo do ano 2000 em 178 milhões de falantes da língua, fazendo o domínio da língua aproximar-se dos 200 milhões de falantes, ocupando o oitavo lugar entre as línguas mais faladas do mundo e a quinta em extensão territorial (CASTILHO, 2008. p. 5).

4. Colonização do Brasil

De acordo com Castilho (2008, p. 6), o povoamento e a fixação da língua portuguesa no Brasil se deram a partir de oito focos irradiadores, quase todos eles localizados em seu litoral: quatro do século XVI: Olinda e Recife (1535), Salvador (1549), São Paulo e São Vicente (1554), e Rio de Janeiro (1557); dois do século XVII: São Luís do Maranhão (1612) e Belém (1616); e dois do século XVIII: Florianópolis (1738) e Porto Alegre (1952). A partir do final do século XVIII, o português sucede a Língua Geral Paulista, ou Tupi Antigo. Porém, na região Norte, a língua geral Amazônica, ou Nheengatu, permanece em algumas localidades até hoje (CASTILHO, 2008. p. 6).

4.1 Os índios, africanos e migrantes europeus e sua importância para a língua brasileira

4.2 Fauna indígena brasileira

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, o território era habitado por, aproximadamente, seis milhões de indígenas que falavam cerca de 300 línguas diferentes. Essas línguas categorizam-se em dois grandes grupos: o grupo Jê e o grupo Tupi-Guarani. Os índios do grupo Jê ocupavam as matas abertas, ou seja, as regiões montanhosas do Brasil central, suas características físicas eram: altos, encorpados e costumam falar alto. Os arquétipos de suas aldeias atendiam aspectos circulares, ocupando grandes extensões de terra. Diversas tribos relacionadas a esse grupo ainda habitam essas localidades e não são bárbaros. Tribos que se ligam ao grupo supramencionado, ocupam Vale do Paraíba e possuem retroflexão, que também está presente na fala caipira (CASTILHO, 2008).

Os índios do grupo Tupi-Guarani habitavam toda a costa do Brasil, quando os portugueses chegaram. Esses são mais reservados que o grupo Jê, falam baixo, são de estatura média e não padronizam a construção e formato de suas aldeias, cada família constrói suas casas sem nenhum plano de arquétipo. Com a chegada dos portugueses, os Tupi-Guarani não puderam fugir para o interior do Brasil porque a área já era habitada pelo grupo Jê, o que fez com que eles cercassem o território do grupo Jê, e, por conseguinte, migrassem para os territórios do Paraguai, o Amazonas e o litoral nordestino, onde seu crescimento populacional suplantou o do grupo Jê. Por meio de relatos de viajantes do séc. XIX, constrói-se a narrativa de que os Tupis-guaranis povoaram a Região Sul, na qual, a trilha do Peabiru, cruzava o Paraná e entrava no estado de São Paulo, subindo o litoral até Aracruz no Espírito Santo, ocupando todo o litoral paulista. Continuaram a sua migração, indo para o norte do país, sempre ao longo da costa (CASTILHO, 2008).

Muitas vezes chamados de Tupinambás por nossos cronistas mais antigos, esses povos foram sendo reduzidos, ou seja, os Tupi-Guarani foram dizimados, e hoje restam cerca de 300.000 pessoas, que falam cerca de 160 línguas indígenas diferentes. Acredita-se que quando os portugueses chegaram mais de um milhão de indígenas falavam 220 línguas. A maioria das contribuições lexicais para o português brasileiro vem do tupi-guarani, que cedeu cerca de 10.000 palavras compostas principalmente por nomes próprios de lugares e pessoas somados a nomes comuns de plantas e animais. Não foi observada influência fonológica ou gramatical (CASTILHO, 2008).

4.3 Africanos trazidos para o Brasil

A língua portuguesa estaria mais exposta às influências das línguas africanas, pois, de 1538 a 1855, foram traficados dezoito milhões de escravos negros, expostos a um contato mais intenso com a pequena

população branca, ou seja, os portugueses, e isso levou a um maior surgimento de variações na língua portuguesa. Os africanos trazidos para o Brasil fazem parte de duas culturas: a cultura bantu e a cultura sudanesa. A cultura bantu divide-se em grupo ocidental, originário do Congo e Angola, e o grupo oriental, originário de Moçambique, Tanganica e região dos lagos. Seus representantes foram estabelecidos no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco e Alagoas. A cultura sudanesa inclui os Fulá, Mandinga, Hausá, Fanti-Ashanti, Ewê e Ioruba ou Nagô (CASTILHO, 2008).

Estima-se que trezentas palavras africanas tenham entrado no léxico do português brasileiro. Estudos sobre as influências da língua africana ainda são raros. Os primeiros textos atribuem aos africanos simplificação da morfologia nominal e verbal que muitos outros textos também atribuem aos povos indígenas. Quanto ao léxico, procuram identificar as origens do vocabulário africano difundido no Brasil (CASTILHO, 2008). A inusitada complexidade linguística dos povos da África, aliada à prática dos portugueses misturando suas etnias com os indígenas, para dificultar as revoltas, deve ter dado origem, entre os séculos XVII a XIX, a um “dialeto residencial” dos “escravos”. Nesse dialeto, como nas palavras transliteradas para o português no Brasil, as línguas bantu são de grande importância (CASTILHO, 2008).

4.4 As migrações europeias no interior do Brasil

Na segunda metade do século XIX, houve uma grande expansão da agricultura brasileira, aliada à libertação dos escravos e à fome severa na Europa. Diante disso, desse crescimento econômico, iniciou-se uma forte migração de europeus para a América, e o Brasil passou a ser destino de muitos italianos, espanhóis, alemães e portugueses, principalmente a partir de 1870. A mão de obra escrava foi substituída nas plantações de café de São Paulo por mão de obra europeia, principalmente italiana. Entre 1882 e 1930, 2.223.000 imigrantes vieram para São Paulo, 46% deles italianos, de origem do norte da Itália e depois do sul. O ano de 1940 marcou uma virada na chegada de imigrantes a São Paulo e pela primeira vez, o número de migrantes internos superou o de migrantes externos. A Depressão reduziu o afluxo de imigrantes estrangeiros e as autoridades brasileiras começaram a restringir a entrada destes imigrantes. Em 1940, 500.000 pessoas foram registradas a mais do que foram perdidas (CASTILHO, 2008).

A partir da década de 1950, as áreas metropolitanas brasileiras registraram um crescimento populacional drástico que gerou, sem dúvida, impacto no português falado. Usando o exemplo da cidade de São Paulo, que hoje é a maior cidade de língua portuguesa do mundo, ocorreram no século XX dois fluxos migratórios, um do interior da própria cidade de São Paulo e outro do próprio Brasil, decerto que pela sua importância e expansão comercial (CASTILHO, 2008).

Por fim, a língua falada no Brasil não reflete uma cultura regional que não se desenvolveu ali, como ocorreu em outras regiões metropolitanas. Foram, assim, diluídos os traços linguísticos e culturais dos povoadores da cidade, e o resultado foi um amálgama de características, calcada numa cultura cosmopolita, transregional. Como se vê, São Paulo é um verdadeiro laboratório linguístico, digno de muitos e muitos estudos (CASTILHO, 2008).

5. Diferenças entre a Língua Brasileira e a Língua Portuguesa sob o olhar dos linguistas.

Para respondermos à indagação de que se no Brasil falamos português ou brasileiro?, faz-se necessário trazer aqui um pouco da história da colonização do Brasil. Suscitam em nosso trabalho a Professora Orlandi (2005, p. 29), que afirma que todo país tem a necessidade de designar o nome da língua falada pela sociedade de sua nação. Segundo a estudiosa, é a língua que emancipa os seus usuários. Sendo assim, foi por volta do século XIX que esse questionamento passou a ganhar força, afirma a autora. No Brasil, havia “Visconde de Pedra Branca, Varnhagen, Paranhos da Silva e os românticos como Gonçalves Dias, José de Alencar” que defendiam que no país se falava a língua brasileira. Por outro lado, tínhamos os gramáticos prodígios que afirmavam que no Brasil somente era falada a língua portuguesa, outros fenômenos da língua eram tidos como, nas palavras de Orlandi (2005, p. 29), “brasileirismos, tupinismos, escolhos ao lado da língua verdadeira.”

Orlandi (2005, p. 29) aborda em sua obra, *A língua brasileira* (2005), que no Brasil há uma língua padrão, ou seja, a língua portuguesa. No entanto, ela considera “um jogo político, que nos acompanha desde a aurora do Brasil”, essa mesma língua desconsidera tudo que não segue seus dogmas, nesse caso a própria língua brasileira. Em 1823, D. Pedro, em sua decisão unânime, considerou a língua portuguesa como a que se fala no Brasil. A Professora afirma que desde sempre a própria população oscila “entre uma língua que outorgada, legado de Portugal, intocável, e uma língua nossa, que falamos no nosso dia-a-dia, a língua brasileira.”

A seguir, apresentamos cronologicamente, alguns avanços da língua brasileira, descritos na obra de Orlandi (2005, p. 29). Em 1827, José Clemente propôs um projeto, no qual foi aprovada uma sugestão de que os diplomas emitidos pelos cursos de medicina fossem redigidos em uma “língua nacional” (nem português, nem brasileiro). No mesmo ano também foi instaurada uma lei na qual os professores deveriam ensinar a gramática da língua nacional. Na década de 70, do século XIX, uma disputa foi estabelecida: de um lado José de Alencar abordando as distinções e autonomia da língua brasileira, e do outro Pinheiro Chagas, falando sobre o

legado que o brasileiro recebeu de Portugal, a língua. Em 1930, na câmara do Distrito Federal, foi questionado se utilizamos uma língua brasileira ou língua portuguesa? Nesse período ainda se manteve uma ideia de língua nacional, não considerando nem como PE nem como PB.

Para Orlandi (2005, p. 29), não podemos ignorar os aspectos linguísticos da língua que falamos em seu contexto “histórico, social e cultural.” Então se fomos colonizados por Portugal, os fenômenos linguísticos se fazem presente, pois há a junção de duas línguas, a nativa que é falada pelos habitantes do Brasil, e a língua dos portugueses: “Ao mesmo tempo em que aqui desembarca, a língua portuguesa, ao deslocar-se de Portugal para o país nascente – o Brasil – institui um movimento de memória, deslizamentos linguísticos por meio dos quais uma outra língua – a brasileira – faz-se presente.” (ORLANDI, 2005, p. 29). A professora Orlandi (2005) afirma que é normal que uma comunidade de falantes, nesse caso os nativos brasileiros, resistam à nova língua que chega. Nas palavras da autora, eles “desdobram-se, transmudam-se os modos de dizer. A relação palavra/coisa faz ruído, relação não coincidente entre si e nem perfeitamente ajustada. Outras formas vão estabelecer-se fazendo intervir, e ao mesmo tempo constituindo, a memória local.” (ORLANDI, 2005, p. 29).

A colonização encontra a doutrina legal de que é necessário reconhecer coisas, ou seja, os seres e fenômenos e nomeá-los. Daí então é que surge a “classificação, organização e definição” da língua, a partir de dicionário. Consoante Orlandi (2005, p. 30) alega:

[...] O português, assim transportado, acaba por estabelecer em seu próprio sítio de enunciação outra relação palavra/coisa, cuja ambivalência pode ser lida nas remissões: no Brasil, em Portugal. Tem início, então, a produção de um espaço de interpretação com deslizamentos de memória, metáforas, pois estamos diante de materialidades discursivas que produzem efeitos de sentidos diferentes. Configura-se uma nova situação enunciativa – situação enunciativa II. As palavras, estas, já recobrem outra realidade.

Com base na citação acima, o regime enunciativo das palavras, unidade/variedade já não estabelece mais uma relação do que se é falado no Brasil e em Portugal, posso afirmar categoricamente, que aqui nasce às variações linguísticas. E, por conseguinte, podemos afirmar que a língua portuguesa não é referência para essas variações e sim a “diversidade concreta produzida no Brasil, na convivência de povos de línguas diferentes (línguas indígenas, africanas, de imigração, etc).” (Orlandi, 2005, p. 30). Em um contexto linguístico-histórico, Orlandi afirma que no Brasil se fala a língua brasileira, muitas são as diferenças entre as duas línguas aqui discutidas, distinções presentes no sotaque, na sintaxe, no léxico, no ponto de vista discursivo. A respeito disso Orlandi (2005, p. 30) diz “no modo como a língua se historiciza, as diferenças são incomensuráveis: falamos diferente, produzimos diferentes discursividades.”

De acordo com Bagno (2001), a língua é um feixe de variedades. Assim, “para que uma variedade particular possa ser considerada como pertencente a uma determinada LÍNGUA, é preciso que ela tenha mais semelhanças do que diferenças em relação às demais variedades daquela língua” (Bagno, 2001, p. 168). Ou seja, quando encontramos mais diferenças do que semelhanças em uma determinada língua, o português do Brasil e o português de Portugal, por exemplo, já podemos constatar duas línguas distintas. Bagno (2001) aponta para as acentuadas diferenças entre o português do Brasil e o português de Portugal na língua falada e problemas de natureza pragmática.

O linguísta Bagno (2001, p. 169) traz em sua obra *Português ou brasileiro?* exemplos importantes que destacam essas diferenças no nível da fala e pragmático, como nos casos a seguir:

- (1) Eu vim de táxi porque meu carro está concertando: ele quebrou a barra de direção
- (2) Como faz para o suflê não machucar?
- (3) Aqui vende umas coisas lindas!
- (4) Onde guarda as compras, mãe?
- (5) Quando pode ir lá retirar a encomenda?
- (6) Aqui no Rio usa muito esse tipo de roupa mais leve.
- (7) Nessa papelaria não tira fotocópia.

Em (1), temos o fenômeno de caso de ergatividade, na qual “o sujeito do verbo é na verdade o objeto da ação”. Ou seja, “o carro” é o sujeito, o paciente, alguém está a consertar este carro. No enunciado seguinte, ainda em (1) alguma coisa ou alguém quebrou a barra de direção. Assim, construções como essas são gramaticalmente bem aceitas no Brasil, diferentemente, do português falado em Portugal, que nas palavras de Bagno (2001, p. 169) serão considerados como “trucados, esquisito ou totalmente agramatical. Já na construção (2), temos um verbo na terceira pessoa do singular não marcado pela presença do sujeito, embora essa regra venha se tornando obrigatória pela norma-padrão. Contudo a oração de (2) é bem aceita no Brasil. Contrariamente, em Portugal teríamos de falar “como se faz para o suflê não murchar?” (BAGNO, 2001, p. 169). Nos demais períodos, exemplificados pelo autor, temos o apagamento do “se”, ou seja, do pronome que

marca a indeterminação do sujeito, que seria aceito na fala e na pragmática do dia a dia, mas não no contexto gramatical.

Continuando, Bagno (2001, p. 171) traz outra distinção interessante entre a fala do português brasileiro e o de português de Portugal:

[...] Outra diferença muito importante entre as duas línguas está nas formas de tratamento. Em Portugal, a forma mais comum de tratamento entre as pessoas muito íntimas é TU, com as formas verbais que constam das gramáticas normativas clássicas. A forma VOCÊ é usada para se dirigir a alguém com quem não se tem grande intimidade, sendo um tratamento intermediário entre o TU, muito íntimo, e O SENHOR/ A SENHORA, muito formal. No Brasil, como bem sabemos, a forma VOCÊ (e suas variantes OCÊ e CÊ) é a mais amplamente utilizada no tratamento menos formal possível, uma vez que o TU nos dias de hoje está restrito a regiões específicas do país, sendo que em algumas delas (como Rio Grande do Sul, por exemplo) as formas verbais não correspondem às da gramática clássica (“tu quer”, “tu foi”, “tu gosta”).

Os exemplos supracitados acima, TU e VOCÊ, respectivamente, fazem parte do contexto pragmático da fala dos portugueses em Portugal e dos brasileiros no Brasil. Como já abordado anteriormente no decorrer desta pesquisa diacrônica, até que se chegasse à Língua portuguesa falada no Brasil, muitos eventos históricos ocorreram. Esses eventos, aqui já citados, desencadearam inúmeros acontecimentos, ou seja, a língua portuguesa trazida para o Brasil entrou em contato linguístico com a língua utilizada pelos índios e os africanos, bem como com aquelas utilizadas pelas demais povos da migração. Além disso, a expansão urbanística e agrícola para o interior do país, resultando na miscigenação das raças, a mistura da fala dos salutaristas com os nordestinos, que desencadeou “provavelmente a manutenção do português arcaico do século XV, com pequenas contribuições trazidas pelos não-falantes do português. Era esse o momento histórico da língua praticada pelos portugueses que embarcaram para cá” (CASTILHO, 2014, p. 192).

Quando o assunto é diferenças entre PB e PE, suscitamos aqui também Castilho (2014, p. 192), com sua obra *Nova Gramática do Português Brasileiro*, que vai mostrar as diferenças entre essas duas línguas. Distinções na fonética e fonologia, morfologia e sintaxe, todas postas nas tabelas, respectivamente, 5, 6 e 7, abaixo:

➤ **Diferenças na Fonética e Fonologia do PB e PE:**

Tabela 6. Diferenças na fonética e fonologia do PB e PE.	
Português falado no Brasil	Português falado em Portugal
Fonética e Fonologia	
“Há 7 vogais tônicas: /a/, /e/, /ɛ/, /i/, /o/, /ɔ/, /u/. Não se distingue a vogal temática {-a-} no presente e no pretérito: falamos. A vogal [e] se mantém como anterior média fechada antes de palatal: <i>espelho, fecho</i> .”	“Há 8 vogais tônicas: /a/, /ɐ/, /e/, /ɛ/, /i/, /o/, /ɔ/, /u/, distinguindo-se um /a/ central baixo no presente, falamos, de um /ɐ/ mais alçado no pretérito, [fa'ɫɔmʊs]. A vogal [e] antes de palatal é dita [ɐ]: espelho [iʃ'p əɫu], fecho [ˈfɛʃu].”
“Há 5 vogais átonas pretônicas, e todas soam claramente: /a/, /e/, /i/, /o/, /u/. Todas elas são pronunciadas, e assim não se confunde de frente com diferente. Nessa distribuição, não há distinção entre [e] fechado e [ɛ] aberto, e por isso pronunciam-se da mesma forma pregar um prego e pregar na igreja.”	“Há 8 vogais átonas pretônicas, em que [e] fechado move-se para [ɛ], como em pequeno, mas a tendência é omiti-las, como em telefone [tul'fõn], pedido [p'ɛdidu] etc. Pedir num hotel um apartamento de frente será entendido como “um apartamento diferente”. Nessa distribuição, distingue-se [e] de [ɛ], e por isso pronunciam-se diferentemente prêgar um prego e prègar na igreja.”
“Há 3 vogais átonas finais: /a/, /i/, /u/, os dois últimos escritos com e, o: pata, pede, peço.”	“Há 3 vogais átonas finais: /ɐ/, /e/, /u/.”
“O ditongo oral ey pode manter-se ou monotongarse (terreiro/terrêru) e o ditongo nasal e) êy mantém-se, como em bem, dito [bêy].”	“Esses ditongos soam como [ɛy] e [ãy]: terreiro [t'ɾɛryru], bem [bãy].”
“Ditonga-se a vogal final seguida de sibilante: luz [ˈluys], atrás [aˈtrays].”	“Não há essa ditongação.”
“Sílabas terminadas por oclusiva recebem uma vogal, transformando-se em sílabas abertas: adevogado, abissoluto, pissicologia.”	“Essas sílabas soam fechadas: advogado, absoluto, psicologia.”
“Pronuncia-se da mesma forma a consoante [-l] e a	“O [-l] é lateralizado, como no PB do Rio Grande do Sul,

semivogal [-w] em posição final: o advérbio mal e o adjetivo mau são pronunciados da mesma maneira.”	não se confundindo com a semivogal [-w].”
“O [r] pode ser vibrante simples (caro), vibrante múltipla anterior (carro), vibrante múltipla posterior [káRu] ou velar surda [káxu].”	“Predomina a vibrante múltipla anterior, como no espanhol.”

Fonte: Adaptado de Castilho (2014, p. 192).

➤ **Diferenças Morfológicas entre o PB e o PE:**

Tabela 7. Diferenças morfológicas do PB e PE.	
Português falado no Brasil	Português falado em Portugal
Morfologia	
“Simplifica-se a morfologia nominal, com a perda de {-s} indicador de plural na variedade popular, menos no Especificador, tanto quanto na morfologia verbal, em que a pessoa <i>tu</i> foi substituída por <i>você</i> .”	“A morfologia nominal e verbal não apresentam essas simplificações, exceto em alguns falares regionais.”
“O quadro dos pronomes pessoais tônicos apresenta quatro formas: eu/você/ele/nós, que alterna com a gente/eles. A morfologia verbal acompanha essa simplificação, reduzindo-se a 4 formas: falo, fala, falamos, falam. Em consequência, mudarão as regras de concordância do verbo com o sujeito.”	“O quadro dos pronomes pessoais tônicos apresenta seis formas: eu/tu/ele/nós/vós/eles. A morfologia verbal dispõe de 6 formas diferentes: falo, falas, fala, falamos, falais, falam.”
“O quadro dos pronomes pessoais átonos (ou clíticos) apresenta as formas: me, te, nos, tendendo a desaparecer (i) o acusativo o: Ainda não vi Ø hoje, (ii) o acusativo te, substituído por para você: Preciso falar uma coisa pra você, e (iii) o reflexivo se, que se generaliza como reflexivo universal, no pb popular: Nos nossos dias não Ø usa mais saia, Eu não se alembro.”	“O quadro dos pronomes pessoais átonos apresenta seis formas: me, te, se/si, nos, vos. O reflexivo si pode se referir ao interlocutor: isto é para si.”

Fonte: Adaptado de Castilho (2014, p. 192-193).

➤ **Diferenças sintáticas entre o PB e o PE:**

Tabela 8. Diferenças sintáticas do PB e PE.	
Português falado no Brasil	Português falado em Portugal
Sintaxe	
No tratamento, usa-se você quando há intimidade, e o senhor nas situações formais. Essa forma continua a alterar-se, surgindo ocê e cê. Nas regiões em que se mantém tu no tratamento informal, o pronome você marca certo distanciamento.”	Até o século xvi, usava-se tu para o tratamento informal e vós para o tratamento formal. Vós era substituído por Vossa Mercê para dirigir-se ao rei, depois aos nobres (e aí o rei passou a ser tratado por Vossa Majestade, Vossa Alteza). Vossa Mercê foi em seguida aplicado ao tratamento cerimonioso da burguesia, vindo finalmente a concorrer com tu, mudando para você.”
O pronome ele pode funcionar (i) como objeto direto: Maria viu ela, (ii) redobrar uma construção de tópico: A Maria, ela ainda não chegou, (iii) aparecer na oração relativa copiadora: O menino que ele chegou.”	Ele só funciona como sujeito, o objeto direto pronominal é expresso por <i>o</i> , não existem construções de tópico nem relativas copidoras.”
Os pronomes átonos, por serem na verdade semiátonos, podem iniciar sentença, preferindo-se a próclise: Me passa o bife. Mim pode aparecer como sujeito de infinitiva preposicionada, em Isto é para mim fazer.”	“Os pronomes átonos não podem iniciar sentença, preferindo-se a ênclise: Passa-me o bife. O sujeito da infinitiva preposicionada vem no caso reto: Isto é para eu fazer.”
Usa-se ter em lugar de haver nas construções existenciais: Hoje não tem comida.”	“Usa-se apenas haver nas construções existenciais: Hoje não há comida.”
Verbos de movimento são construídos com a preposição em: Vou na feira.”	Verbos de movimento são construídos com a preposição a: Vou à feira.”
Ocorre a negação dupla: não sei, não.	Prefere-se a negação simples: não sei.
Amplia-se o uso das perífrases estar + gerúndio e	Amplia-se o uso das perífrases estar + gerúndio e ir + infinitivo,

ir + infinitivo, substituindo neste caso a forma do futuro do presente: estou falando, vou falar.”	substituindo neste caso a forma do futuro do presente: estou falando, vou falar.”
“Amplia-se o uso das perífrases estar + gerúndio e ir + infinitivo, substituindo neste caso a forma do futuro do presente: estou falando, vou falar.”	“Elide-se o sujeito e preenche-se o lugar do objeto direto com o clítico o: Ø já o viu. O sujeito elíptico é interpretado como um participante determinado: usa saia quer dizer “determinada pessoa usa saia”.”
“O sujeito vem anteposto ao verbo, e o objeto direto, posposto: <i>Maria comeu o chocolate</i> . O objeto direto pode ser deslocado para a esquerda, sem retomada por um clítico: <i>O chocolate, Maria comeu</i> .”	“O sujeito pode vir posposto ao verbo e o objeto direto pode ser deslocado para esquerda, com retomada por um clítico: <i>O chocolate, comeu-o Maria</i> .”

Fonte: Adaptado de Castilho (2014, p. 193).

O pesquisador Castilho (2014), em consonância com os pesquisadores Bagno e Orlandi, afirma que é difícil para um brasileiro compreender o falar de um português, e ainda reitera: “a omissão das vogais átonas cria encontros consonantais estranhos ao ouvido dos brasileiros, como [tf], em telefone [tfɔn], entre outros. É preciso “treinar um pouco o ouvido”.” A variação linguística existente na fala dos brasileiros, em todas as Regiões do país, é de outra natureza, ou seja, “não derivam do forte encurtamento das palavras, da manutenção dos clíticos, e de várias outras propriedades europeias anotadas” (CASTILHO, 2014, p. 194).

6. Argumentos e Políticas linguísticas intervencionistas que podem contribuir para a independência da língua do PB

Iniciemos a discussão desta subseção, trazendo à luz os postulados de Bagno (1999, p. 29) em *O preconceito linguístico*, quando o linguista defende um argumento plausível, de que o tamanho do país e sua quantidade de falantes da língua têm total influência na sua independência. É curioso como muitos brasileiros assumem esse mesmo preconceito negativo também em relação a outras línguas, defendendo sempre a língua da metrópole contra a língua da ex-colônia. É o nosso eterno trauma de inferioridade, nosso desejo de nos aproximarmos, o máximo possível, do cultuado padrão “ideal”, que é a Europa. O estudioso relata o fato de que todo santo dia tem de ouvir alguém lhe dizer que prefere o inglês britânico, porque acha o inglês americano “muito feio”. A essas pessoas ele dá sempre a mesma resposta: aprenda o inglês britânico se quiser ler Shakespeare; mas se quiser dominar uma língua de uso internacional, aceita em todos os cantos do mundo como veículo de intercâmbio cultural, comercial, diplomático, tecnológico, científico etc., aprenda o inglês americano (BAGNO, 1999, p. 29).

Diante do afirmado acima, pode-se ver que Bagno (1999) defende a superioridade de um país pela sua extensão territorial e populacional, um argumento plausível para a subseção que se sucede, permitindo que países ex-colônias de outras nações tenham a sua própria língua materna. Esse argumento serve ao Brasil, uma nação com extensão territorial 92 vezes maior que Portugal, e com uma população 15 vezes mais elevada. Bagno (1999, p. 30) ainda afirma quena “cidade de São Paulo vivem mais falantes de português do que em toda a Europa! Além disso, o papel do Brasil no cenário político-econômico mundial é, de longe, muito mais importante que o de Portugal.” Ou seja, o linguista toma em seu argumento a hipérbole territorial e populacional. Bagno (1999) afirma a existência de um mito, uma mera ilusão, de que os portugueses falam e escrevem tudo certo e seguem rigorosamente as regras da gramática prescritas nas escolas. O que ocorre é a falácia de que brasileiro não sabe falar português, o que Bagno (1999, p. 30-31) vai responder: “O brasileiro sabe o seu português, o português do Brasil, que é a língua materna de todos os que nascem e vivem aqui, enquanto os portugueses sabem o português deles.” Diante disso, “nenhum dos dois é mais certo ou mais errado, mais feio ou mais bonito: são apenas diferentes um do outro e atendem às necessidades linguísticas das comunidades que os usam, necessidades que também são... diferentes!” Nesse sentido, embora as comunidades de língua portuguesa sigam um acordo ortográfico, os gramáticos escrevem as suas obras considerando o contexto nacional em que os usuários vivem e usam a língua. Abaixo relacionamos alguns gramáticos de nacionalidade brasileira, que no final do século XX para o início do século XXI, produziram suas obras que até hoje são utilizadas no Brasil, como aponta o quadro adaptado dos estudiosos Anjos e Oliveira (2018, p. 65):

Quadro 2. Gramáticas prescritas no Brasil, por nativos brasileiros, desde o final do século XX.			
Gramática	Autor	Edição e ano	Local e editora
Gramática de usos do português	Maria Helena de Moura Neves	1ª ed., 2000	São Paulo/Editora UNESP
Gramática Houaiss da Língua Portuguesa	José Carlos de Azeredo	1ªed., 2008	São Paulo/Publifolha
Gramática do brasileiro: uma nova forma de entender a nossa língua	Celso Ferrarezi Jr. & Iara M. Teles	1ª ed., 2008	São Paulo/Globo
Gramática do Português Brasileiro	Mário A. Perini	1ªed., 2010	São Paulo/Parábola Editorial
Nova Gramática do Português Brasileiro	Ataliba Teixeira de Castilho	1ªed., 2010	São Paulo/Contexto
Gramática Pedagógica do Português Brasileiro	Marcos Bagno	1ªed., 2011	São Paulo/Parábola Editorial
Gramática da língua portuguesa padrão	Amini Boainain Hauy	1ªed., 2014	São Paulo/EDUSP

Considerando os dados apontados no quadro 2, a partir dos quais constatamos que no Brasil temos gramáticas nativas, que são de nacionalidade brasileira e prescrevem gramáticas, atualmente em uso, por que no Brasil ainda se diz que fala PE em vez do PB? Outra forma de emancipar o PB seria adotar a língua brasileira, politicamente falando, como uma língua materna e/ou como língua estrangeira (aquisição da 2ª língua – L2), como declara Castilho (2014) em sua obra *Nova gramática do português brasileiro*. Antes de mais nada, é necessário abordar que no Brasil essa questão é um pouco mais difícil de ser tratada, pois não se têm órgãos governamentais encarregados em delimitar e executar políticas linguísticas²⁰. Países como “Alemanha (Goethe Institut), a Inglaterra (British Council), a Espanha (Instituto Cervantes) e Portugal (Instituto Camões)” já dispõem das referidas políticas linguísticas (CASTILHO, 2014, p. 97).

Quadro 3. Ensino do Português Brasileiro como língua materna	
A escolha da língua oficial e a identificação do respectivo padrão	Adotar, por meio de leis, o PB como língua oficial já tornaria o idioma desvinculado do PE. A constituição de 1988 enfatiza bem quando diz que a língua portuguesa é o idioma oficial do país; um outro sim, é estabelecer a norma padrão da língua não por meio da literatura, mas sim através dos veículos de grande circulação: jornais e revistas, e que estes contenham linguagem acessível a quase todo país.
Emitir leis de defesa do idioma	Novos acordos ortográficos que visem legitimar o PB.
Os destinatários do ensino da língua PB	Analfabetos funcionais
As diretrizes recomendadas	Novas diretrizes que orientem o corpo docente no uso da linguagem, e valorização da língua falada.
A contínua avaliação dos resultados obtidos	Alfabetização, leitura, letramento e aquisição da escrita, linguística do texto, Léxico, Semântica e ensino do vocabulário, gramática como reflexão.

Fonte: Adaptado de Castilho (2014, p. 99).

7. Considerações finais

O presente artigo buscou fazer o percurso da ancestralidade das línguas, por meio da dicotomia saussuriana, o diacronismo. O trabalho também se delineia por meio de troncos específicos da árvore genealógica das línguas. Assim, seguimos mapeando desde o protótipo de língua ancestral, a proto língua indo-europeia, concepção aceita até o momento, seguindo pelo tronco neolatino: Latim-Itálico-Celto-Italo-Tocário. Na sequência, seguimos delimitando ainda mais nosso objeto de pesquisa, que é o estudo diacrônico das línguas, passando do tronco neolatino, para a família românica: o galego, o romeno, o espanhol, o português, o italiano e o francês, dando ênfase ao idioma português, e ratificando a língua brasileira como nova língua, ou,

²⁰“O estudo das políticas linguísticas constitui um campo complexo em que a descrição e a avaliação de situações sociolinguísticas são estimuladas por necessidades sociais e, em grande medida, tende a propor linhas de intervenção”. Por isso mesmo, aquele que se interessa pela política linguística “deve aderir a certos princípios políticos, éticos, ideológicos que vão orientar sua pesquisa e suas propostas”(ARNOUX, 1999, p. 13).

metaforicamente, como novo galho da árvore genealógica. Por fim, o trajeto diacrônicorealizado encerra-se no português brasileiro. Partimos da tese de que esta língua é a predominante e utilizada no Brasil, e que, portanto, levando em consideração a metáfora da árvore genealógica, o PB é um novo galho que surgiu a partir do PE, que é calcada no tronco das línguas neolatinas. Diante do exposto, a tese aqui não é afirmar categoricamente que a língua brasileira não tem sua origem a partir da língua portuguesa, muito pelo contrário, a proposta aqui é defender a língua brasileira como uma nova língua, já que as duas tanto divergem entre si.

Sendo assim, como argumentos, julgamos importante ratificar por meio do método comparativo, a partir do qual especificamos as distinções entre o português falado em Portugal do português que é falado no Brasil. Concluímos que há mais diferenças entre o PB e o PE do que imaginamos e, por meio dos argumentos transcritos nas subseções 5 e 6, propomos a conveniência de haver políticas linguísticas que fomentem a língua brasileira como a oficial da nação, adotando-a como um idioma nativo ou língua mãe, e não como língua filha, tendo em vista a retórica aqui explicitada.

O autor Renato Ortiz (2007, p. 91), em sua obra *Mundialização e Cultura*, capítulo III: Cultura e Modernidade-mundo, sugere que a língua inglesa seja adotada como idioma universal, levando em consideração todos os benefícios que língua traz para a América do Norte, e, por conseguinte, às demais nações em que o inglês é falado. Diante do exposto, levando em consideração os postulados de Bagno e Castilho, em consonância com as reflexões propostas de Ortiz (2007), podemos sugerir, já que o Brasil é tão bem desenvolvido economicamente, com enorme extensão territorial e grande contingente populacional, adotar a língua brasileira como materna, e que todos os nativos, com base nos argumentos trabalhados no decorrer desta pesquisa, aceitem que o PB é seu idioma primário, desconstruindo a ideia de que PB e PE são iguais.

Outra sugestão é que outros países adotem em suas instituições de ensino o PB como aquisição de terceira língua fundamental, ou seja, como uma L3 (terceira língua), aderindo-o como componente curricular de ensino em todas as instâncias. Indaguemos: por que é que com tantos argumentos, a língua brasileira, maior e mais expandida que a língua portuguesa, deve ser submissa/subordinada a uma nação menor em sua extensão territorial e populacional? Essa pergunta retórica surge para induzir a reflexão de que a língua brasileira tem seu valor como idioma materno, calcado no PB, mas que hoje já apresenta sua singularidade, e, portanto, uma língua oficial.

Referências

- [1]. Andrade Linhares, A. (2014). Gramática histórico-comparativa: contribuições para a formação de línguas modernas. VERBUM. CADERNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO. ISSN 2316-3267, n. 7, p. 34-46.
- [2]. Anjos, M. A. L., & Oliveira, M. S. (2018). Por que o português não veio do latim?: uma análise historiográfica da Gramática Pedagógica do Português Brasileiro. Revista do GEL, 15(2), 61-84.
- [3]. Arnoux, Elvira (1999). Política lingüística: los contextos de la disciplina. Em: Políticas Lingüísticas para América Latina. Actas del Congreso Internacional. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires/Facultad de Filosofía y Letras, Instituto de Lingüística, 1997.
- [4]. Bagno, M. (2001). Português ou brasileiro?: um convite a pesquisa/Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial. ISBN: 978-85-88456-01-3.
- [5]. Bagno, M. (2007). Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial. ISBN: 978-85-88456-62-4.
- [6]. Bagno, M. (1999). Preconceito lingüístico: o que é, como se faz. Edições Loyola.
- [7]. Becker, I. (1975). Pequena História da Civilização Ocidental. São Paulo: Campanha Editora Nacional.
- [8]. Bilac, O. (1980). Literatura Comentada. São Paulo: Abril Educação.
- [9]. Camacho, R. G. (2010). Uma reflexão crítica sobre a teoria sociolingüística. DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, v. 26, n. 1, p. 141-162.
- [10]. Castilho, A. (2014). Nova gramática do português brasileiro. 1ª ed., 3ª reimpressão – São Paulo: Contexto. ISBN 978-85-7244-462-0.
- [11]. Castilho, A. (2017). Como, onde e quando nasceu a Língua Portuguesa. Museu da Língua Portuguesa. Museu da Língua Portuguesa-Estação da luz, 2017. Disponível em: <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Como-onde-e-quando-nasce-a-lingua-portuguesa.pdf>. Acessado em: 11 nov. 2022. B
- [12]. Castilho, A. T. (2008). A hora e a vez do português brasileiro. Museu da Língua Portuguesa. Museu da Língua Portuguesa-Estação da luz, 2008. Disponível em: <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/A-hora-e-a-vez-do-portugues-brasileiro.pdf>. Acessado em: 11 nov. 2022.
- [13]. Castilho, A. T. (2017). Como nascem e morrem as línguas? O que são famílias lingüísticas? Museu da Língua Portuguesa. Museu da Língua Portuguesa-Estação da luz, 2017. Disponível em: <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Como-as-linguas-nascem-e-morrem.pdf>. Acessado em: 11 nov. 2022. A

- [14]. Dalfovo, M. S., Lana, R. A., & Silveira, A. (2008). Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. *Revista interdisciplinar científica aplicada*, 2(3), 1-13.
- [15]. Dicio. D. (2022). Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/deidade/>. Acessado em: 24 abr. 2022.
- [16]. Dicio. M. (2021). Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/mito/>. Acessado em: 24 abr. 2022.
- [17]. Faraco, C. A. (2006). *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola editorial. ISBN: 978-85-88456-41-9.
- [18]. Gil, A. C. (2002). *Como elabora projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- [19]. Ilari, R. (1999). *Linguística Românica: com um ensaio de Ataliba T. de Castilho sobre “O Português do Brasil”*. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1999. ISBN: 85-08-04250-7.
- [20]. Jaguaribe, H. (2001). *Um estudo crítico da história*. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Paz e Terra. ISBN: 85-219-0384-7.
- [21]. Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- [22]. Martelotta, Mário Eduardo (Ed.). (2008). *Manual de lingüística*. Editora Contexto.
- [23]. Orlandi, Eni P. (2005). *A língua brasileira. Ciência e cultura*, v. 57, n. 2, p. 29-30.
- [24]. Ortiz, Renato. (2007). *Mundialização e cultura*. In: Ortiz, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- [25]. Robins, R. H. (1983). *Pequena história da lingüística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A. Disponível em: <https://bds.unb.br/handle/123456789/317?mode=full>. Acessado em: 02 de mai. 2022.
- [26]. Silva, Neves Daniel. (2022). *Torre de Babel*. Mundo Educação. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/torre-de-babel.htm>. Acessado em: 24 abr. 2022.
- [27]. Soca, Ricardo. (2017). *A origem das línguas latinas*. By CACS Línguas. Disponível em: <https://cacs.org.br/linguas/origem-das-linguas-latinas/>. Acessado em: 07 de mai. 2022.